

## **A IMPLANTAÇÃO DA AGENDA 2030 DA ONU NA ESCOLA DO PARLAMENTO DE ITAPEVI**

Roberto Eduardo Lamari<sup>1</sup>

Rafael Augusto Sasaki Neves<sup>2</sup>

Edson Aparecida de Araujo Querido Oliveira<sup>3</sup>

---

### **Resumo**

Este artigo tem como objetivo apresentar as atividades da escola do parlamento de Itapevi implementadas no sentido da disseminação da Agenda 2030 da ONU, por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, para tanto a escola desenvolveu um sistema simples, o de incluir de forma obrigatória a classificação de suas atividades em um ODS, desta forma se procurou envolver professores e alunos, mas espera-se que o conhecimento seja transmitido a todos os funcionários e sociedade. O artigo procurou apresentar os dados dessa implantação por meio de gráficos. Convenciona-se como artigo de revisão bibliográfica apoiada na pesquisa documental, portal de legislação e dos dados aqui inseridos. No referencial teórico estão temas: A Escola de Itapevi, Desenvolvimento Econômico, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Implantação dos ODS na Escola do Parlamento de Itapevi, e ao fim uma conclusão sobre a importância da atividade, mas de forma realista mostra-se o tamanho e alcance desta implantação e quais seriam os caminhos possíveis para que os ODS se tornem cada dia mais efetivos a partir da Escola do parlamento de Itapevi para toda a sociedade itapeviense e o Brasil.

**Palavras-chave: ODS, Escola do Parlamento, Desenvolvimento**

### **Summary**

This article aims to present the activities of the school of the parliament of Itapevi implemented towards the dissemination of the UN 2030 Agenda, through the Sustainable Development Goals, for which the school developed a simple system, that

---

<sup>1</sup> Mestrando em Planejamento e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté / SP

<sup>2</sup> Mestrando em Planejamento e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté / SP

<sup>3</sup> Professor Doutor do Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté, São Paulo.

of including, in a mandatory way, the classification of its activities in a SDG, in this way it tried to involve professors and students, but it hoped that the knowledge would be transmitted to all employees and society. The article tried to present the data of this implantation through graphs. It is agreed as a bibliographical review article supported by documental research, legislation portal and data inserted here. In the theoretical framework are themes: The School of Itapevi, Economic Development, Sustainable Development Goals and the Implementation of the SDGs in the School of the Parliament of Itapevi, and at the end a conclusion about the importance of the activity, but in a realistic way it shows the size and scope of this implementation and what would be the possible ways for the SDGs to become more and more effective from the Itapevi Parliament School for the entire society of Itapevi and Brazil.

**Keywords: SDG, School of Parliament, Development**

## **INTRODUÇÃO**

O artigo pretende demonstrar a implantação da Agenda 2030 da ONU na Escola do Parlamento de Itapevi, para tanto apresentasse esta introdução, metodologia e referencial teórico, na sequência o desenvolvimento do trabalho está dividido em quatro capítulos: A Escola de Itapevi, Desenvolvimento Econômico, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Implantação dos ODS na Escola do Parlamento de itapevi, e ao fim uma conclusão.

No capítulo A Escola de Itapevi, apresentamos as escolas de governo como instituições públicas criadas com a finalidade de promover a formação, o aperfeiçoamento e a profissionalização de agentes públicos, visando ao fortalecimento e à ampliação da capacidade de execução do Estado, tendo em vista a formulação, a implantação, a execução e a avaliação das políticas públicas, e como a escola de Itapevi se enquadra nesta realidade e qual sua organização a partir de seu projeto político pedagógico.

Ao abordar o desenvolvimento econômico o presente artigo pretende incluir o debate: se a implantação do sistema dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para 2030, especificamente a classificação das atividades da Escola do Parlamento de Itapevi, cumpre o papel de disseminar as ideias dos ODS, inclusive com a possibilidade de dinamizar a economia local.

Necessário para melhor compreender a temática foi introduzir um capítulo explicando como os ODS foram desenvolvidos com base nos sucessos e desafios dos

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Os ODM concentraram-se principalmente na erradicação da pobreza extrema, enquanto os ODS têm uma abordagem mais abrangente, visando abordar de forma abrangente as formas de erradicação da pobreza, da fome, melhoria da saúde, da educação, promoção da igualdade de gênero e contenção da mudança climática.

Desta forma a decisão de implantação da Agenda 2030 pela escola do parlamento de Itapevi se deu no ano de 2021, o Conselho Escolar definiu incluir na discussão de seu projeto político pedagógico uma idéia para disseminar os objetivos de desenvolvimento sustentável - ODS, desta forma foi implantada a classificação de suas atividades em ODS. Já no ano de 2022, o mesmo conselho criou um sistema onde o professor ao elaborar seu plano de trabalho, fosse obrigado em já classificar sua atividade em um ODS, e esta classificação se torne pública nos materiais de divulgação da atividade, além da obrigatoriedade desta informação ser repassada ao aluno, os dados referente a essa atividade de classificação são apresentados ao leitor.

Com isso, acredita-se que a Escola do Parlamento de Itapevi contribui para a disseminação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU – Agenda 2030, contribuindo para desenvolvimento local, fortalecendo a economia local, por meio do investimento no capital humano, com suas atividades de formação e capacitação de servidores e toda a sociedade itapeviense.

## **METODOLOGIA**

Durante as exposições considerou-se a realização de uma pesquisa quantitativa-qualitativa buscando compreender e explorar a complexidade e a subjetividade da implantação dos ODS na Escola do Parlamento de Itapevi.

Também foi utilizada a coleta e análise de dados numéricos para identificar padrões e relações de causa e efeito, demonstrando-se ao final os resultados numéricos através de gráficos.

A avaliação qualitativa se concentra na compreensão profunda do engajamento global iniciado com as ODM que atualmente tem foco nas ODS. Importa ressaltar também a interpretação dos significados de cada curso e evento conduzido pela Escola do Parlamento e das experiências dos participantes.

Foi utilizada também análise de documentos e análise de conteúdo. Essas técnicas permitiram a coleta de dados ricos e detalhados.

Os dados qualitativos foram analisados de forma indutiva, foram extraídos temas, categorias e padrões a partir dos mesmos. A análise envolveu a identificação de padrões, relações e interpretações, permitindo a compreensão das nuances atinentes ao objeto de pesquisa.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Pretende-se estabelecer o liame existente na compreensão do papel da educação na promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) envolvendo a análise dos principais conceitos e abordagens teóricas relacionadas à Agenda 2030 da ONU.

A Agenda 2030 da ONU busca orientar os esforços de desenvolvimento sustentável em todo o mundo, abordando desafios socioeconômicos, ambientais e institucionais, nesse sentido a análise realizada explicita a interdependência existente entre os diferentes aspectos do desenvolvimento sustentável.

Áreas como erradicação da pobreza, fome zero, saúde e bem-estar, educação de qualidade, igualdade de gênero, acesso à água potável e saneamento, energia limpa, crescimento econômico inclusivo, entre outros subtemas são o foco dos ODS.

Nesse contexto, a educação, como um direito humano fundamental e um requisito essencial para o desenvolvimento sustentável, desempenha um papel central na implementação da Agenda 2030.

O alcance dos ODS vincula-se à disseminação de conhecimentos, valores e habilidades. A educação pode capacitar os indivíduos a se tornarem agentes de mudança.

Podemos mencionar o exposto nas obras do professor Rildo Cosson no contexto específico da Escola do Parlamento. A implantação da Agenda 2030 pode ocorrer por meio da integração de suas atividades de formação e capacitação com os princípios e objetivos dos ODS. A estratégia de fornecer conhecimentos e promover o debate sobre os desafios e oportunidades relacionados à implementação dos ODS, envolvendo os legisladores e demais atores políticos por parte da Escola do Parlamento será objeto de investigação e avaliação.

A integração dos ODS na Escola do Parlamento pode ocorrer através de estratégias como a inclusão de temas relacionados à Agenda 2030 nos cursos,

palestras e seminários, bem como a promoção de projetos de pesquisa e iniciativas que estejam alinhados com os princípios e metas relacionados.

As contribuições do professor Luiz Carlos Bresser-Pereira são significativas para o campo do desenvolvimento econômico e serão consideradas para as análises. Segundo Bresser-Pereira, o desenvolvimento econômico está intrinsecamente ligado à capacidade de um país de promover o crescimento sustentável, a redução da desigualdade e a melhoria das condições de vida de sua população. É enfatizada a importância de uma política econômica ativa, baseada na intervenção do Estado, na promoção da industrialização e no fortalecimento do mercado interno. Também é ressaltada a necessidade de políticas sociais e de distribuição de renda como componentes essenciais para impulsionar o desenvolvimento econômico. A abordagem de Bresser-Pereira enfatiza a importância da combinação entre eficiência econômica e justiça social como elementos-chave para alcançar um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Contribuições importantes também são apresentadas por Carlos Frederico B. Loureiro. Segundo Loureiro, além do simples crescimento do produto interno bruto (PIB), a melhoria das condições de vida da população, a redução das desigualdades e a promoção da sustentabilidade ambiental são envolvidas pelo desenvolvimento econômico. Leva-se em consideração não apenas indicadores econômicos, mas também aspectos sociais, ambientais e institucionais, portanto, uma abordagem multidimensional deve ser adotada. Destaca o autor a importância do investimento em capital humano, inovação tecnológica, infraestrutura e políticas públicas adequadas para impulsionar o desenvolvimento econômico de maneira sustentável e inclusiva. Enfatizada ainda a necessidade de uma visão holística e integrada do desenvolvimento, que leve em consideração tanto os aspectos econômicos quanto os aspectos sociais e ambientais para alcançar um crescimento equilibrado e duradouro.

A Escola do Parlamento pode envolver diferentes atores e promover a transparência e a prestação de contas, incentivando a participação cidadã e a interação entre parlamentares e a sociedade civil na implementação dos ODS. Dessa forma, será também objeto de investigação se a Escola do Parlamento contribui para a sustentabilidade, a governança participativa, o fortalecimento da democracia e o desenvolvimento econômico.

## **1 A ESCOLA DE ITAPEVI**

As Escolas do Legislativo são Escolas de Governo, de acordo com o art. 39, § 2º, da Constituição Federal, introduzido pela Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, está presente no Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais. Nas Câmaras é um fenômeno recente, sendo a Escola da Câmara Municipal de Natal a pioneira em 2005, muito embora o texto constitucional não dê guarida às escolas em âmbito municipal, elas são instituídas pelo princípio da similaridade e pela autonomia dos Municípios e atribuições e competências das Câmaras Municipais. Existem em todo o país aproximadamente mais 350 escolas do Legislativo e Contas, sendo 70 no Estado de São Paulo , ainda é número muito pequeno, se levarmos em conta que temos 5.568 Câmaras municipais no Brasil, porém o movimento vem ganhando força graças ao trabalho pioneiro da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e Contas – ABEL, criada em 2003, e por associações locais como Associação Paulista de Escolas do Legislativo e Contas - APEL, criada em 2017, e a Associação Potiguar das Escolas do Legislativo - ASPEL, criada em 2019 , estados onde se verificou um aumento considerável de escolas após o apoio das associações estaduais.

São verdadeiras escolas de Democracia, nos dizeres de Rildo Cosson .As escolas no Poder Legislativo tem um papel duplo: a) capacitar servidores e parlamentares através de cursos, palestras, seminários e eventos voltados para o melhor exercício de suas atividades no Legislativo, e b) realizar programas voltados a educação para a cidadania, estes tem o objetivo de atingir toda a sociedade e explicar o papel do Poder Legislativo, Cidadania, Participação Política e a importância da Democracia que está intimamente ligada aos direitos individuais, a liberdade, a igualdade de oportunidades e a justiça social.

Ter Escolas no Poder Legislativo significa dar um salto de qualidade na forma de atender o cidadão e no desempenho das tarefas diárias das Casas Legislativas, temas como licitações, contratos, processos administrativos, recursos humanos, comunicação, oratória, cerimonial e muitos outros são tratados rotineiramente. Também a aproximação com escolas, jovens e a sociedade em geral são desenvolvidos por programas como Vereador Mirim, Concursos de Redação, Cursos e Palestras de Cidadania e Política e Estágio Visita que ajudam a diminuir a distância entre o eleito e o eleitor e desmistificam a política como algo fora do alcance do cidadão. Portanto, cumprem um firme propósito de fortalecimento da democracia, com

a educação política, posicionada perigosamente por anos em um segundo plano, colocando assim em xeque os avanços e estabilidade conquistados por países democráticos, como afirma Norberto Bobbio. (Bobbio, 1996).

Acredita-se que o papel de educar para a cidadania das Escolas do Legislativo, deve ser ressignificado e valorado, após os recentes ataques ao Estado Democrático de Direito ocorrido no dia 8 de janeiro de 2023, em Brasília, que a história há de registrar muito provavelmente como uma tentativa de golpe de Estado dos mais agressivos e ocasionado pela total incompreensão dos papéis das instituições democráticas e não aceitação do resultado das eleições, embasado por fake news, o que afronta princípios básicos de participação política e exercício da cidadania.

Desde o surgimento da primeira escola do legislativo em 1992, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, é certo que houve uma evolução natural na forma de atuar das escolas com diversos programas educacionais e formatos diferentes dentro desse eixo de capacitação do servidor público e da educação para a cidadania. A preocupação com formação dos servidores públicos não é recente, desde os primórdios da Constituição Federal de 1988 esse assunto tem constado na pauta da administração pública, e a partir desta temática, verificou-se a necessidade da construção de um sistema capaz de oferecer cursos abrangentes na esfera pública.

Em direção ao futuro emergiram as Escolas de Governo, visando não somente a capacitação dos servidores como também a promoção da educação política para sociedade.

Nos últimos anos, a humanidade está vivendo profundas e aceleradas transformações, muitas destas, em decorrência dos avanços tecnológicos que além de contribuírem de forma relevante para o delineamento de novos paradigmas para sociedade contemporânea, interferem significativamente nos processos de ensino e aprendizagem. Nesse contexto de alta complexidade alguns dos aspectos norteadores da vida em coletividade presentes são: a necessidade de explicitação de valores éticos humanistas, forte sensibilidade política, vivência democrática e compromisso social.

O Projeto Político Pedagógico é uma das formas de se consolidar os diversos programas e ações de uma instituição de ensino e pesquisa, por meio deste documento elaborado de forma coletiva, são determinados os objetivos mais abrangentes, as ações a serem desenvolvidas e como alcançar as metas estabelecidas. Para elaborar o PPP, é imprescindível um diagnóstico a fim de

conhecer a realidade da comunidade em que a escola está inserida e a posteriori a sondagem, são necessárias diversas discussões sobre os objetivos e metas para uma reflexão.

A consolidação do Projeto Político Pedagógico da Escola do Parlamento da Câmara Municipal de Itapevi “Dr. Osmar de Souza”, teve início no mês de fevereiro de 2016, quando os membros da Escola e integrantes do corpo técnico da Câmara Municipal de Itapevi reuniram-se para, a partir de sua experiência recente na Escola, deliberar sobre sua missão institucional e sua identidade organizacional.

Identificada a missão e compartilhados os valores que deverão sustentar as ações de seus membros e as atividades empreendidas pela Escola, tem início o processo de construção deste Projeto Político Pedagógico que deverá ser aperfeiçoado, constantemente, durante a trajetória de consolidação da Escola no âmbito da Câmara Municipal de Itapevi.

Além de sistematizar o arranjo formal da Escola, tal como definido nos seus atos legais constitutivos, este documento registra a concepção, os princípios, as diretrizes, orientações e encaminhamentos da ação educacional a ser desenvolvida, incluindo as dimensões política, pedagógica e administrativa.

O projeto político pedagógico busca apontar o sentido para um compromisso estabelecido, coletivamente, por todos os seus membros, no cumprimento da missão definida para a Escola.

Para VEIGA (1998) o projeto pedagógico não é apenas um instrumento de orientação para gestão acadêmica e administrativa, também tem como propósito a explicitação dos fundamentos teórico-metodológicos, dos objetivos, do tipo de organização e das formas de implementação e de avaliação institucional.

As Escolas de Governo são instituições públicas criadas com a finalidade de promover a formação, o aperfeiçoamento e a profissionalização de agentes públicos, visando ao fortalecimento e à ampliação da capacidade de execução do Estado, tendo em vista a formulação, a implantação, a execução e a avaliação das políticas públicas.

Por outro lado, na atualidade a formação política é de reconhecida importância e é considerada como uma das responsabilidades do primeiro setor e do poder público, por meio do desenvolvimento de projetos de educação política em diversos formatos. Deste modo, contribui de forma significativa com o desenvolvimento de habilidades, valores e atitudes necessários para prática de uma boa cidadania.



Desde novembro de 2015, com a inauguração da Escola do Parlamento de Itapevi “Dr. Osmar de Souza” pela lei municipal 2.369/2015, o seu corpo diretivo ansiava pelo estabelecimento de um Projeto Político Pedagógico que, sustentado nas diretrizes estabelecidas nas normas legais de sua criação e elaborado coletivamente, se consubstanciasse em instrumento de planejamento integral capaz de nortear as ações da Escola e de sua equipe no sentido de prosperar em sua intencionalidade política e pedagógica.

Concebida e instalada em um ambiente político e democrático, a Escola do Parlamento de Itapevi “Dr. Osmar de Souza” está comprometida com uma visão de educação como construção coletiva, participativa, democrática e universal, promotora do desenvolvimento pessoal, profissional e cidadão de todos os atores que dela participam, bem como do desenvolvimento institucional e do fortalecimento do Poder Legislativo na sociedade Itapeviense, como denotam as manifestações de seus dirigentes, desde sua concepção.

Assim, respeitando ideais republicanos e os princípios constitucionais da administração pública (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência) toda ação educacional promovida pela Escola deverá observar os seguintes princípios e valores estabelecidos por seu coletivo:

“Missão:

“Contribuir para a capacitação e transformação do servidor público e da sociedade por meio da educação para a cidadania”

Visão:

“Ser a principal referência do servidor público e do cidadão na busca de capacitação e desenvolvimento e aprimoramento para o exercício da cidadania democrática”

Valores:

“Democracia, Igualdade, Liberdade, Laicidade, Pluralidade, Efetividade, Economicidade, Sustentabilidade, Respeito e cordialidade, Acessibilidade e Inclusão, Universalidade (acesso à participação).”

(Projeto Político Pedagógico Escola do Parlamento de Itapevi)

Assim, no final do ano de 2021, o Conselho Escolar da Escola do Parlamento de Itapevi “Dr. Osmar de Souza”, reunido para elaboração de seu planejamento para o ano de 2022, em respeito ao seu projeto pedagógico, resolveu inovar implantando os Obejtivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, da ONU, sugerindo que as atividades da Escola fossem classificadas cada uma em um ODS.

No ano de 2022, o Conselho Escolar definiu que esta ação era insuficiente para disseminar os ODS, desta forma foi implantado um sistema onde o professor ao

elaborar seu plano de trabalho, fosse obrigado em já classificar sua atividade em um ODS, e esta classificação se torne pública nos materiais de divulgação da atividade, além da obrigatoriedade desta informação ser repassada ao aluno.

Com isso, acredita-se que a Escola do Parlamento de Itapevi contribui para a disseminação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU – Agenda 2030, contribuindo para desenvolvimento local, fortalecendo a economia local, por meio do investimento no capital humano, com suas atividades de formação e capacitação de servidores e toda a sociedade itapeviense.

## **2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

Nos dias atuais, é cada vez mais comum que as empresas e governos reconheçam a necessidade de garantir o desenvolvimento econômico sem prejudicar o meio ambiente e as comunidades locais (BRÜSEKE, 1995). O desenvolvimento econômico sustentável surge como uma abordagem que busca equilibrar a prosperidade econômica com a proteção ambiental e o bem-estar social. Nesse contexto, adotar práticas de negócios responsáveis, promover a justiça social, a inovação e o trabalho conjunto entre governo e setor privado são algumas das maneiras de impulsionar esse tipo de desenvolvimento.

No entanto, a educação e a conscientização são elementos fundamentais para criar uma cultura de sustentabilidade e garantir um futuro mais equilibrado e próspero para todos (LOUREIRO, 2014).

O desenvolvimento econômico sustentável é uma abordagem que visa o desenvolvimento de atividades econômicas que não comprometam a qualidade de vida das pessoas e do meio ambiente em que estão inseridas. Essa abordagem busca a criação de um ambiente social e econômico saudável e equilibrado, em que as necessidades atuais são supridas sem prejudicar a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades (BRÜSEKE, 1995).

A abordagem do desenvolvimento econômico sustentável leva em consideração a interdependência entre o ambiente natural, a economia e a sociedade, reconhecendo que a degradação ambiental, a desigualdade social e a recessão econômica são problemas interrelacionados que requerem soluções conjuntas. Essa abordagem busca, portanto, integrar a prosperidade econômica com a proteção

ambiental e o bem-estar social, promovendo um desenvolvimento equilibrado (GOMES, 2018).

Os desafios para a implementação do desenvolvimento econômico sustentável são muitos. O equilíbrio entre os interesses econômicos, sociais e ambientais pode ser difícil de alcançar e, muitas vezes, requer mudanças significativas na forma como a economia é organizada e gerida. Além disso, a implementação dessas mudanças muitas vezes exige a cooperação entre diferentes setores da sociedade, desde empresas e governos até organizações não governamentais e a população em geral. No entanto, o desenvolvimento econômico sustentável apresenta oportunidades para a criação de novos modelos de negócios e a promoção da inovação. A adoção de práticas sustentáveis pode tornar as empresas mais eficientes, reduzir custos e melhorar a imagem da marca, atraindo mais consumidores preocupados com a sustentabilidade. Além disso, a inovação pode levar ao desenvolvimento de tecnologias limpas e a criação de novas oportunidades de emprego. Portanto, o desenvolvimento econômico sustentável pode ser visto como uma oportunidade para promover o crescimento econômico, a justiça social e a proteção do meio ambiente, em benefício de todas as pessoas e gerações futuras (BRESSER-PEREIRA, 2014).

O desenvolvimento econômico sustentável é uma abordagem para a prosperidade econômica que visa minimizar os impactos negativos no meio ambiente e nas comunidades locais. Essa abordagem busca integrar a prosperidade econômica com a proteção ambiental e o bem-estar social. Em vez de apenas buscar o crescimento econômico a todo custo, o desenvolvimento econômico sustentável procura garantir que o progresso seja equilibrado e que as necessidades das gerações presentes e futuras sejam atendidas (BRESSER-PEREIRA, 2008).

Uma das maneiras mais importantes de promover o desenvolvimento econômico sustentável é através da adoção de práticas de negócios responsáveis. Isso inclui a implementação de políticas de sustentabilidade, como reduzir o consumo de energia e de água, minimizar o desperdício de materiais e reduzir as emissões de gases de efeito estufa. As empresas que adotam essas práticas podem ser mais eficientes, reduzir custos e, ao mesmo tempo, melhorar sua imagem perante os consumidores.

Além disso, o desenvolvimento econômico sustentável requer a promoção da justiça social. Isso significa que todas as pessoas devem ter acesso aos recursos e oportunidades necessárias para alcançar a prosperidade econômica. Isso pode incluir

o investimento em educação e treinamento, programas de assistência social e a promoção da diversidade e inclusão no local de trabalho (BRESSER-PEREIRA, 2008).

Quando todas as pessoas têm oportunidades iguais, a sociedade como um todo se beneficia.

A promoção da inovação também é um aspecto importante do desenvolvimento econômico sustentável. A inovação pode levar a soluções criativas para problemas econômicos e ambientais, como o desenvolvimento de tecnologias limpas e a criação de novos modelos de negócios sustentáveis. Além disso, a inovação pode ajudar a melhorar a eficiência e a produtividade, reduzindo os custos e criando novas oportunidades de emprego (PINSKY, 2015).

O desenvolvimento econômico sustentável também pode ser impulsionado por meio de políticas públicas e governamentais. Isso pode incluir a implementação de regulamentações ambientais mais rigorosas, incentivos para empresas que adotam práticas sustentáveis e a promoção de investimentos em energia limpa e outras tecnologias sustentáveis (PINSKY, 2015). Quando o governo e o setor privado trabalham juntos em prol do desenvolvimento econômico sustentável, é possível alcançar resultados significativos.

Por fim, a educação e a conscientização são fundamentais para o desenvolvimento econômico sustentável. As pessoas precisam entender os impactos que suas ações têm no meio ambiente e na sociedade e estar dispostas a fazer mudanças para minimizar esses impactos. A educação pode ajudar a criar uma cultura de sustentabilidade, que é fundamental para alcançar um futuro mais próspero e equilibrado (LOUREIRO, 2014).

Desta forma o presente artigo pretende verificar se a implantação do sistema dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para 2030, especificamente a classificação das atividades da Escola do Parlamento de Itapevi, cumpre o papel de disseminar as ideias dos ODS, inclusive dinamizando a economia local.

### **3 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Adentrando na seara dos ODS, importa contextualizar seu surgimento. Em setembro de 2000 a Organização das Nações Unidas estabeleceu os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que surgiram a partir da Declaração do Milênio. Essa declaração foi assinada por líderes de 189 países, comprometendo-se a

trabalhar em conjunto para combater a pobreza extrema e promover o desenvolvimento humano até o ano de 2015.

Os ODM foram um conjunto de oito metas específicas e mensuráveis estabelecidas para orientar os esforços globais de desenvolvimento. Eles representaram um esforço ambicioso para enfrentar os principais desafios que afetavam bilhões de pessoas em todo o mundo, como a pobreza, a fome, a saúde, a educação, a igualdade de gênero e o meio ambiente.

Os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foram:

- 1) Erradicar a extrema pobreza e a fome;
- 2) Alcançar o ensino básico universal;
- 3) Promover a igualdade de gênero e capacitar as mulheres;
- 4) Reduzir a mortalidade infantil;
- 5) Melhorar a saúde materna;
- 6) Combater o HIV/AIDS, malária e outras doenças;
- 7) Garantir a sustentabilidade ambiental;
- 8) Estabelecer uma parceria global para o desenvolvimento.

Os ODM foram um marco relevante para mobilizar esforços globais e nacionais em direção ao desenvolvimento humano.

Tais esforços, embora tenham gerado resultados mistos em diferentes países e áreas, promoveram avanços significativos ao longo dos 15 anos de implementação.

O sucesso e as lições aprendidas com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio serviram de base para o desenvolvimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos em 2015. Os ODS ampliaram a abrangência e a ambição dos ODM, buscando um desenvolvimento sustentável mais amplo, integrado e inclusivo.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) surgem como ideia durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada no Rio de Janeiro, Brasil, em 2012, conhecida como Rio+20. Nessa conferência, líderes de todo o mundo se reuniram para discutir questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável.

São eles:

- 1) Erradicação da pobreza;
- 2) Fome zero e agricultura sustentável;
- 3) Saúde e bem-estar;

- 4) Educação de qualidade;
- 5) Igualdade de gênero;
- 6) Água potável e saneamento;
- 7) Energia limpa e acessível;
- 8) Trabalho decente e crescimento econômico;
- 9) Indústria, inovação e infraestrutura;
- 10) Redução das desigualdades;
- 11) Cidades e comunidades sustentáveis;
- 12) Consumo e produção responsáveis;
- 13) Ação contra a mudança global do clima;
- 14) Vida na água;
- 15) Vida terrestre;
- 16) Paz, justiça e instituições eficazes;
- 17) Parcerias e meios de implementação.

Os resultados até então observados foram promissores e foi criado um grupo de trabalho, liderado pelo Secretário-Geral da ONU, com representantes de diversos países, para desenvolver uma agenda global para o desenvolvimento sustentável.

Kronemberger (2019) ressalta que quando se analisa resultados importa a metodologia em que os indicadores são elaborados:

“Os países também são incentivados a elaborar um quadro próprio de indicadores com foco em aspectos específicos de relevância nacional, regional ou local. Em uma tentativa de facilitar a implementação do quadro de indicadores globais, na 3ª reunião do IAEG foi adotada uma classificação dos indicadores em Tiers, segundo a existência ou não de metodologia e dados para a sua produção, conforme segue:  
Tier I: indicador é conceitualmente claro, tem metodologia e padrões internacionalmente estabelecidos e os dados são produzidos regularmente pelos países para no mínimo 50% dos países e da população em cada região onde o indicador é relevante.  
Tier II: indicador é conceitualmente claro, tem metodologia e padrões internacionalmente estabelecidos, mas os dados não são produzidos regularmente pelos países.  
Tier III: não tem metodologia e padrões internacionalmente estabelecidos, mas a metodologia está sendo (ou será) desenvolvida ou o indicador testado.”

Foi elaborado um relatório que estabelecia os princípios para a agenda pós-2015.

Setembro de 2015 marcou o início de tal intento, quando os líderes mundiais adotaram oficialmente a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, em Nova York.

Essa agenda estabeleceu os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas metas associadas.

Para Oliveira Neto (2022), as políticas públicas são condições essenciais para que cada país aderente às ODS obtenha êxito na sua consecução. Para tanto, trás diferentes conceitos de aplicabilidade das mesmas:

“Assim, é possível notar como os três conceitos – convergência de políticas, difusão de políticas e transferência de políticas – possuem significados diferentes desde os seus respectivos nascimentos, embora estejam relacionados de algumas formas. Em razão disso, existe uma pluralidade no emprego desses termos. Para evitar a falta de especificação dos termos, considera-se aqui que tanto a transferência de políticas quanto a difusão de políticas são conceitos associados aos processos de disseminação de políticas que possivelmente resultam em um aumento das similaridades políticas entre os países. Assim, a transferência de políticas, dado o movimento de transferência de conhecimento de um tempo para outro ou de um espaço para outro, pode resultar em uma maior convergência de políticas. Do mesmo modo, a difusão de políticas, especialmente por meio de mecanismos intermediários associados à interdependência entre atores e à comunicação de uma política, também pode conduzir à convergência de políticas.”

Os ODS foram desenvolvidos com base nos sucessos e desafios dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Os ODM concentraram-se principalmente na erradicação da pobreza extrema, enquanto os ODS têm uma abordagem mais abrangente, visando abordar de forma abrangente as formas de erradicação da pobreza, da fome, melhoria da saúde, da educação, promoção da igualdade de gênero e contenção da mudança climática.

#### **4 IMPLANTAÇÃO DOS ODS NA ESCOLA DO PARLAMENTO DE ITAPEVI**

Conforme outrora já exposto, a Escola do Parlamento de Itapevi tem sido referência não só no cumprimento de sua missão institucional, mas adicionalmente preocupou-se em alinhar suas ações estabelecidas no ano de 2016 com seu projeto político pedagógico com os ODS.

Informações divulgadas em seu sítio institucional nos dão conta de que somente no ano de 2022 foram desenvolvidas 39 (trinta e nove) atividades, entre cursos e programas.

Uma análise preliminar nos traz o curso de Gestão Escolar, vinculando-o ao ODS 4. Tal como já explicitado, a Escola do Parlamento de Itapevi preocupa-se com a sua estruturação, em especial no que diz respeito às diretrizes educacionais de qualidade.

Da mesma sorte, o curso de Redação Oficial traz parâmetros educacionais não só aos servidores, mas a toda comunidade, dando parâmetros para uma eficaz comunicação.

Nessa mesma vertente educacional, porém agora com o foco nos servidores públicos, o curso de Cerimonial e Protocolo reflete a preocupação dos gestores para com a padronização dos procedimentos oficiais quando da execução de eventos formais com a presença de público essencialmente externo.

Ainda nessa égide o Curso de Libras, agora também aberto ao público externo, busca trazer isonomia às pessoas em sua comunicação, o que também ocorre na execução dos cursos, primando pela acessibilidade.

A mesma preocupação verifica-se quando da realização de Fóruns, espaços de discussão de temas específicos, os quais inegavelmente propagam a educação, mesmo porque seu conteúdo fica disponibilizado na internet para consultas futuras.

Tratando-se ainda de formação, encontramos os programas Vereador Mirim e o Mestrado. No programa Vereador Mirim ocorre a complementação da formação de adolescentes, lembrando o papel de cada Poder do Estado, com ênfase nas atribuições do Poder Legislativo e noções de cidadania.

O Mestrado tem por escopo a complementação da formação acadêmica dos servidores municipais, capacitando-os e refletindo à população uma melhoria na qualidade da prestação dos serviços.

Encontramos a preocupação com o ODS 8 no curso de formação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, no curso de Prevenção de Acidentes no Ambiente de Trabalho e na Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho.

A promoção da redução das desigualdades (ODS 10) pode ser verificada nos treinamentos em Acessibilidade para servidores, no Fórum de Acessibilidade, Diversidade e Inclusão e na Oficina de Conteúdo Acessível.

Não se esqueceu também a Escola de abordar importantes discussões acerca do ODS 15, quando promoveu o Fórum de Defesa Animal.

A Comunidade também foi lembrada com a execução do Fórum de Cultura e a criação do Coral do Legislativo.

A discussão sobre igualdade de gênero (ODS 5) foi abordada quando da execução do Fórum sobre Empreendedorismo Feminino.

A Revisão da Agenda 2030 consagrou a busca pelo estabelecimento de parcerias do Legislativo com a comunidade, consolidando o programa Vereador Mirim.



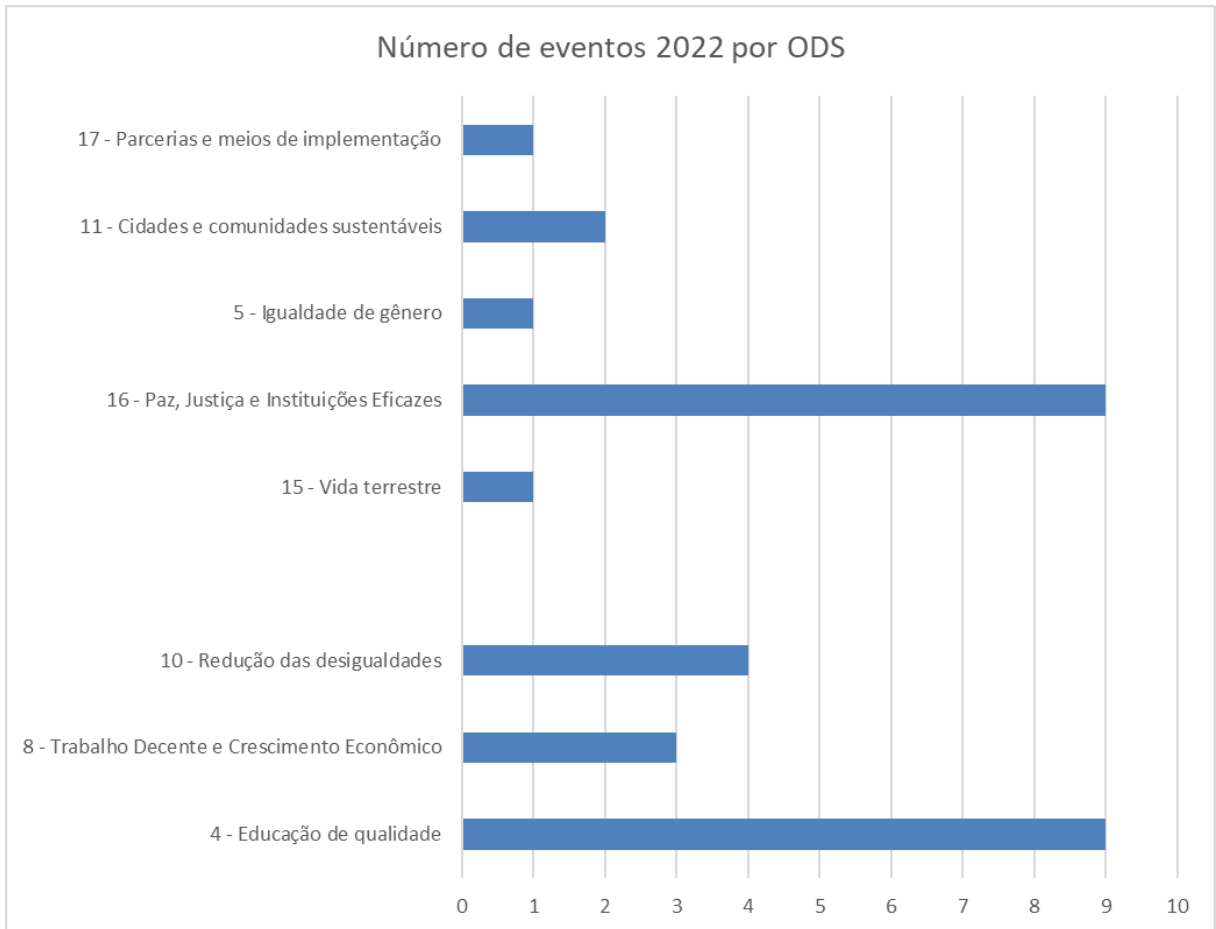
O curso de Processo Legislativo guarda relação com o ODS 16. Tal curso tem forte busca do fortalecimento da segurança jurídica, uma vez que a correta observância aos parâmetros técnicos quando da elaboração legislativa não gerará dúvidas para a correta execução de um comando normativo.

Da mesma forma, o curso da Nova Lei de Licitações busca dar aparato aos servidores das inovações legislativas da matéria atinente às compras públicas, não gerando inconsistências passíveis de questionamento perante os órgãos de controle externo.

A preocupação com o contínuo estabelecimento de bases tangentes à segurança jurídica perpassou também pela execução dos cursos e eventos: Estrutura Orçamentária Brasileira, Elaboração e Execução Orçamentária, Fundamento de Finanças Públicas, Desinformação nas sociedades democráticas, Gestão de conteúdos arquivísticos sob a ótica da LAI e da LGPD, Capacitação em Ouvidoria na Administração Pública, Fórum de Segurança Pública e Cultura de Paz, Seminário sobre as Eleições 2022, Políticas Públicas e Cidadania, Do colapso da democracia às possibilidades de retomada, Curso Comunicação Não Violenta, PodCast: Lançamento Caderno Cidadania & Política, PodCast - Lançamento Revista do Parlamento II, Oficina de texto jornalístico e comunicação pública.

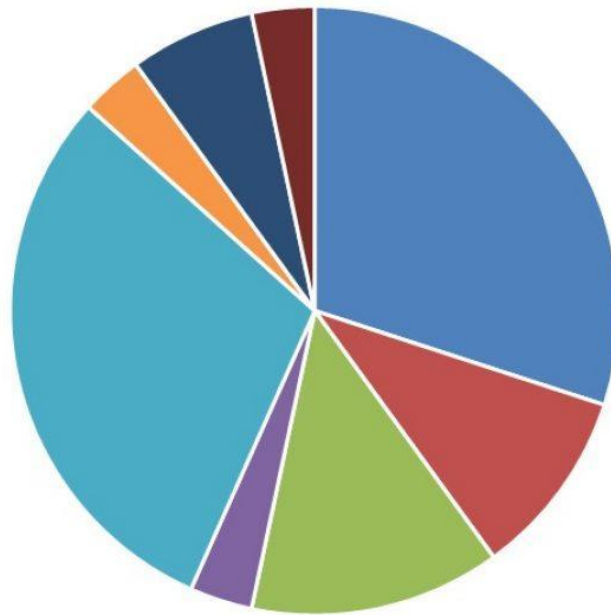
À vista do exposto é inegável que a Escola do Parlamento de Itapevi cumpriu e vem cumprindo seu papel de disseminar as ideias dos ODS, não só com o investimento no capital humano, mas também na busca constante do cumprimento de sua missão institucional de qualificar o servidor público e trazer informação relevante à comunidade, o que reflete inegavelmente na ampliação da dinâmica da economia local.

## **ANEXO I – GRÁFICOS**

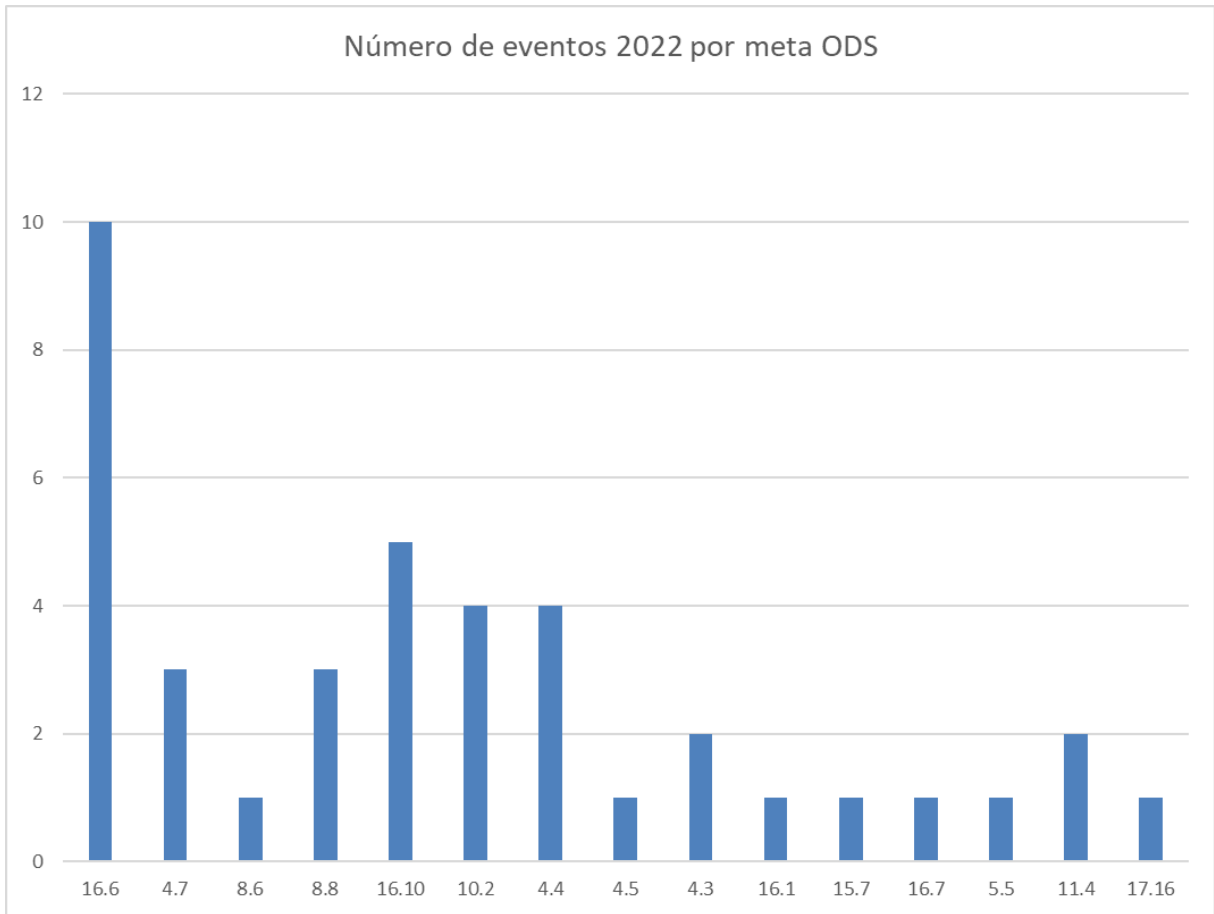


---

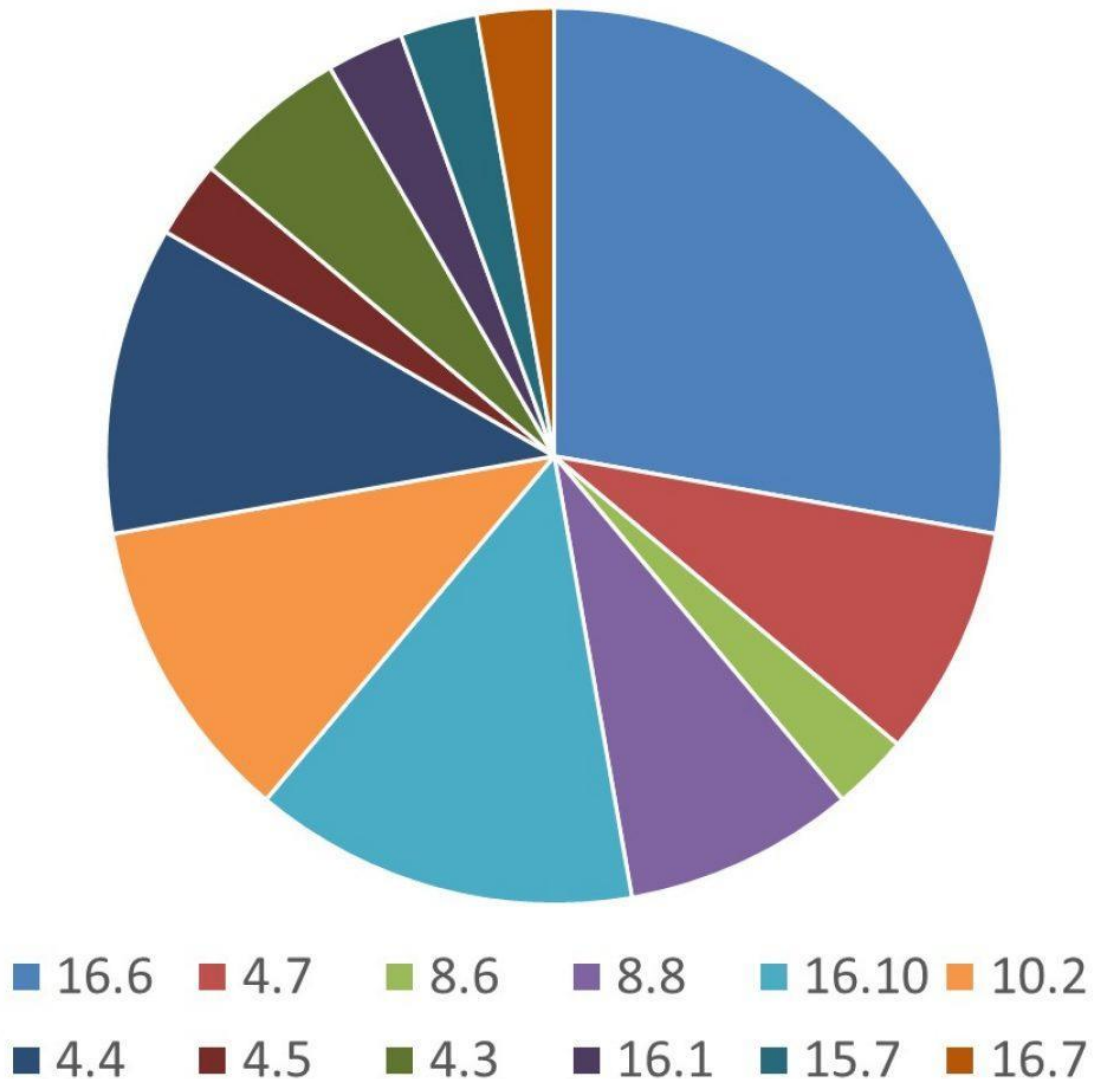
### Eventos 2022 por ODS



- 4 - Educação de qualidade
  - 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico
  - 10 - Redução das desigualdades
  - 15 - Vida terrestre
  - 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes
  - 5 - Igualdade de gênero
  - 11 - Cidades e comunidades sustentáveis
  - 17 - Parcerias e meios de implementação
-



Eventos 2022 por meta ODS



## CONCLUSÃO

É provável que existam várias razões pelas quais os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU podem ser pouco conhecidos e efetivos no Brasil. A falta de conscientização: muitas pessoas no Brasil podem não estar cientes dos ODS e de sua importância. A disseminação da informação sobre o ODS pode ser limitada, especialmente entre a população em geral, o que resulta em um conhecimento limitado sobre o assunto, além dos desafios de comunicação inerentes a um país de tamanho continental e com tantos problemas no dia a dia do cidadão que os ODS são deixados em segundo plano.

No entanto, aí está o paradoxo, são exatamente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU é que deviam de estar na pauta da agenda de políticas públicas do Brasil, e sua disseminação e efetividade poderiam representar a transformação a médio prazo, até 2030, como previsto.

Ao concentrar os seus objetivos de forma abrangente em temas sociais como a erradicação da pobreza, da fome, melhoria da saúde, da educação, promoção da igualdade de gênero e contenção da mudança climática, os ODS poderiam representar uma mudança significativa nas condições de desenvolvimento econômico e por conseguinte uma melhoria nas condições sociais do país.

Assim a Escola do Parlamento de Itapevi, uma escola de governo, de forma bastante modesta dá sua contribuição para a disseminação dos ideias dos ODS, enquanto entidade pública cumpre seu papel por meio da educação ao introduzir o debate na sociedade, e de certa forma ao apresentar a existência dos objetivos e demonstrar que precisam ser cumpridos, pressiona-se o poder público.

Parece evidente que a implantação dos ODS na Escola do Parlamento de Itapevi, é uma atividade de pequeno porte, se vista sob o prisma de potencial de influência na sociedade brasileira e de desenvolvimento local, mas é de grande valia pois além de colocar o debate na arena itapeviense, esta atividade deve influenciar inúmeras escolas de governo em todo o país a fazer o mesmo, uma vez que a escola de Itapevi é vista como um dos modelos de escola do legislativo no país, por ter recebido inúmeros prêmios de reconhecimento da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e Contas – ABEL.

Espera-se que a implantação dos ODS pela Escola do Parlamento de Itapevi, não se limite apenas ao descrito neste artigo, e que cursos sejam feitos, autoridades sejam cobradas, o desenvolvimento econômico seja mensurado, e que o alcance do conhecimento dos objetivos seja cada vez maior ano a ano. Pensando desta forma, é que a escola de Itapevi fez sua inscrição para apresentar esse projeto na 6 Edição da SAEG- Semana de Avaliação de Escolas de Governo, que se realizará nos dias 14 e 15 de Setembro de 2023, em Genebra na Suíça, com o intuito de receber cooperação internacional para o aprimoramento de suas atividades de disseminação dos ODS.

Desta forma a Escola de Itapevi insere-se no objetivo 16 de promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionando o acesso à justiça para todos e construindo instituições eficazes,

responsáveis e inclusivas em todos os níveis e no objetivo 17 de fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

## REFERÊNCIAS

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Crescimento e desenvolvimento econômico**. Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Versão de junho de 2008.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, p. 33-60, 2014.

BRÜSEKE, Franz Josef. **O problema do desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**, v. 2, p. 29-40, 1995.

COSSON, Rildo. **Escolas do Legislativo, escolas de democracia**. Brasília: Câmara dos Deputados. Edições Câmara, 2008.

GOMES, Magno Federici; FERREIRA, Leandro José. **Políticas públicas e os objetivos do desenvolvimento sustentável. Direito e Desenvolvimento**, v. 9, n. 2, p. 155-178, 2018.

KRONEMBERGER, Denise Maria Penna. Os desafios da construção dos indicadores ODS globais. Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - Ciência e Cultura, vol. 71, no. 1, São Paulo, 2019. Acesso em: 15/05/2023.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política**. Cortez Editora, 2014.

OLIVEIRA NETO, Barnabé Lucas de. **Convergência de políticas para implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável : uma análise dos arranjos organizacionais domésticos**. Dissertação. João Pessoa, 2022.

PINSKY, Vanessa Cuzziol et al. **Inovação sustentável: uma perspectiva comparada da literatura internacional e nacional**. RAI Revista de Administração e Inovação, v. 12, n. 3, p. 226-250, 2015.

VEIGA, Ilma Pa et al. **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. Papirus Editora, 1998.

## **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Constituição da República Federativa do Brasil – § 2º do Artigo 39

LDBEN 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LEI Nº 2369, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015. (Vide regulamentação dada pelo Ato da Mesa nº 6/2015) - Institui a Escola do Parlamento Doutor Osmar de Souza no Âmbito da Câmara Municipal de Itapevi.

ATO DA MESA Nº 7/2015 - Dispõe sobre o Regimento Interno da Escola do Parlamento de Itapevi Doutor Osmar de Souza, e dá outras providências.

ATO DA MESA Nº 3/2023 - Dispõe sobre o Regimento Interno da Escola do Parlamento de Itapevi Doutor Osmar de Souza, e dá outras providências.